

sapora.com.br



2022 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Sapora S.A. | CNPJ: 67.945.071/0001-38

Sapora

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aviso: O relatório da administração e as demonstrações financeiras em sua íntegra, juntamente com o relatório dos auditores independentes, sem ressalva, emitido pela KPMG em 31 de março de 2022, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal> e <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/firmConsultaExternaCVM.aspx>

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

A Sapora S.A. ("Companhia" ou "Sapora") apresenta o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, atendendo, assim, às disposições legais e societárias. As informações são referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os valores foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e expressos em milhares de reais.

Visão Geral

Em 2022, completamos 30 anos de atuação, e o estágio avançado de maturidade que atingimos nos negócios permitiu a entrada da ACON Investimentos (pelas suas entidades afiliadas) como sócio minoritário no capital da Sapora. Em conjunto com a ACON, pretendemos acelerar o crescimento e melhorar a governança da Companhia, com o objetivo, no futuro, de tornar a Companhia uma empresa de capital aberto.

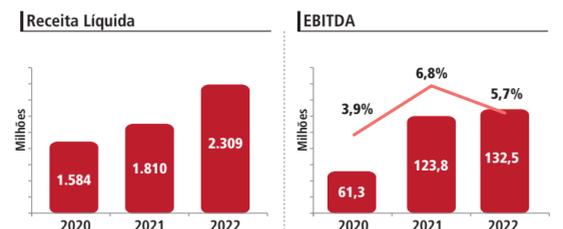
Em 2022 focamos nosso crescimento na conquista de novos clientes e na ampliação dos serviços prestados nos nossos clientes já existentes, totalizando 173 novos restaurantes inaugurados. Além do nosso crescimento nossa área de B&I (*business and industry*), vale destacar o alto crescimento nas áreas de saúde e educação onde conquistamos novos clientes líderes em seus segmentos. Finalmente, demos também impulso à área de *facilities management*, que, acreditamos, será uma oportunidade relevante para a empresa nos próximos anos à medida em que desenvolvemos a oportunidade de vendas cruzadas destes serviços para nossos clientes tradicionais.

No ano de 2022 tivemos também que superar alguns importantes desafios ligados à inflação geral da economia, inclusive dos alimentos e demais insumos, itens básicos para a nossa atuação. Para superar estes desafios, contamos com a parceria e confiança de nossos clientes, e investimos em inovações, tecnologia, na capacitação das nossas pessoas, no estabelecimento de novos processos, e na ampliação da oferta de produtos e serviços destinados a novos canais.

O nosso foco no cliente e nosso dinamismo em trazer soluções para inovar e nos tornar mais eficientes nos proporcionaram crescimento e rentabilidade, mesmo diante de um panorama adverso.

Desempenho Financeiro e Operacional

O ano de 2022 foi marcado por um cenário desafiador, e a Sapora se destacou, conseguindo obter resultados operacionais e financeiros relevantes, retomando uma trajetória promissora de crescimento sustentável, com posição de liderança em diversos segmentos. Encerramos o ano de 2022 presentes em 21 Estados, além do Distrito Federal. No ano, tanto as vendas quanto o EBITDA obtiveram bom desempenho, impulsionado por uma gestão eficiente e controles rígidos.



A Receita Bruta da Companhia aumentou de R\$ 2.079,1 milhões em 2021 para R\$ 2.615,8 milhões em 2022. A Receita Líquida foi de R\$ 1.809,6 milhões em 2021 para R\$ 2.308,6 milhões em 2022, com crescimento de 27,6% comparado ao ano de 2021. O custo das vendas e dos serviços prestados foi de R\$ 2.077,3 milhões em 2022, e representou 90,0% da receita líquida, e em 2021 foi de R\$ 1.634,8 milhões. O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 148,2 milhões, com aumento de 35,1% em relação ao ano anterior e o EBITDA Ajustado foi de R\$ 132,5 milhões.

EBITDA - R\$ MIL	2020	2021	2022
Lucro Líquido do exercício	(12.009)	29.223	83.483
(+) IRPJ/ICMSLL corrente e diferido	(8.714)	16.590	12.627
(+) Resultado financeiro líquido	21.360	28.800	11.047
(+) Depreciação e amortização	33.341	23.007	29.690
(+) Depreciação do ativo de direito de uso	14.779	12.098	11.384
EBITDA	48.757	109.708	148.231
Mais Ebitda	1.583	145	6.494
(+) Outras (receitas) e despesas (*)	10.967	-	-
(+) Despesas com pessoal (COVID-19)	-	13.922	18.615
(+) Despesas com projetos e consultorias (*)	-	-	-
EBITDA AJUSTADO	61.307	123.775	132.524
Receita líquida	1.584.029	1.809.639	2.308.606
EBITDA/Receita líquida	3,9%	6,8%	5,7%

(*) A Companhia passa a fazer a reconciliação do EBITDA, isto é, EBITDA = lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas e das depreciações e amortizações, com EBITDA Ajustado. O EBITDA Ajustado engloba os ajustes não recorrentes, referente às "Despesas com projetos e consultorias" relacionadas principalmente com M&A e "Outras (receitas) e despesas" referentes à recuperação de créditos fiscais.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nossa gratidão a todos os clientes, colaboradores e fornecedores que nos apoiaram durante um ano de desafios. Apesar da alta da inflação e da instabilidade econômica, mantivemos nossos negócios em crescimento e alcançamos novos marcos de sucesso. Reconhecemos que esse sucesso não teria sido possível sem a dedicação de nossos colaboradores e parceiros, que trabalham incansavelmente para oferecer a melhor experiência aos nossos clientes. Nós agradecemos a todos pela sua experiência, comprometimento e resiliência em face de condições difíceis. Agradecemos aos nossos clientes, que continuam confiando em nossos serviços e produtos. Sua lealdade e suporte nos permitem crescer em um ambiente desafiador e continuar a oferecer o melhor para nossos clientes e experiência. Também queremos agradecer aos nossos fornecedores e demais *stakeholders*, cuja parceria e comprometimento conosco ajudaram a garantir que tínhamos os recursos necessários para atender às necessidades de nossos clientes. Agradecemos a todos por seu papel em tornar a Sapora uma empresa líder no mercado. Esperamos continuar a trabalhar juntos para superar todos os desafios futuros e alcançar novos patamares de sucesso.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receita sobre vendas		2.167.572	1.715.470	2.207.343
Receita sobre serviços prestados		69.856	66.028	101.265
Receita de vendas e de serviços prestados	24	2.237.428	1.781.498	2.308.606
Custo das vendas e dos serviços prestados	25	(2.013.454)	(1.607.779)	(2.077.361)
Lucro bruto		223.974	173.719	231.247
Despesas gerais e administrativas	26	(141.074)	(94.394)	(157.973)
Despesas com vendas		(6.752)	(5.151)	(6.751)
Perda por redução do valor recuperável em contas a receber	9	(300)	1.368	(300)
Outras receitas (despesas) líquidas	27	40.723	192	40.934
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		116.571	75.734	107.157
Receitas financeiras	28	44.434	4.088	44.482
Despesas financeiras	28	(53.649)	(32.162)	(55.529)
Resultado financeiro líquido		(9.215)	(28.074)	(11.047)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	15	(11.304)	(2.181)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		96.052	45.479	96.110
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	(17.280)	(19.283)	(17.339)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	4.711	3.033	4.712
Lucro líquido do exercício		83.483	29.229	83.483
Resultado atribuível aos				
Acionistas controladores		83.483	29.229	83.483
Acionistas não controladores		-	-	(6)
Lucro líquido do exercício		83.483	29.229	83.483
Lucro líquido por ação		0,005	0,003	0,005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		83.483	29.229	83.483
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior		641	(646)	641
Hedge de fluxo de caixa	11.a	141	113	141
Imposto de renda e contribuição social (hedge)	11.a	(48)	(38)	(48)
Resultado abrangente do exercício		84.217	28.658	84.217
Resultado abrangente total atribuído a				
Acionistas controladores		84.217	28.658	84.217
Acionistas não controladores		-	-	(6)
Resultado abrangente do exercício		84.217	28.658	84.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		96.052	45.479	96.110
Resultado antes dos impostos		96.052	45.479	96.110
Ajustes por:				
Provisões para contingências	20.b	11.564	14.031	11.322
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	9	300	(16)	300
Depreciação, amortização e diferimento	14	27.615	21.152	29.690
Depreciação do ativo de direito de uso	14	11.371	12.098	11.384
Juros sobre debêntures, financiamentos e passivo de arrendamento	17.e	28.757	15.037	28.657
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	4	4.712	5.118	5.470
Equivalência patrimonial	15	(11.304)	2.181	-
Variações nos ativos e passivos		(109.170)	(35.885)	(120.020)
Contas a receber de clientes		(35.819)	(17.442)	(37.031)
Estoques		(39.987)	(549)	(41.882)
Depósitos judiciais	20.c	(18.859)	(14.631)	(19.014)
Demais ativos		4.949	(5.909)	8.509
Fornecedores		42.873	(1.521)	45.747
Fornecedores risco sacado		23.395	35.096	23.395
Impostos e contribuições a recolher		4.504	(10.257)	(1.415)
Demais passivos		10.950	(7.528)	23.375
Caixa proveniente das atividades operacionais		51.903	56.354	64.694
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.460)	(13.707)	(8.796)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		43.443	42.647	55.898
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	14	(55.173)	(29.436)	(62.821)
Aumento de capital nas investidas		4.005	(396)	52
Aumento de capital na controladora	21.a	226.301	-	226.301
Aquisição de ativo intangível	16	(1.023)	(11)	(3.655)
Empréstimos (concedidos) a partes relacionadas	13	-	(17.369)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		174.110	(47.212)	159.877
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	17.e	-	136.693	1.527
Pagamentos de juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento	17.e	(28.575)	(14.890)	(28.663)
Pagamentos de debêntures, empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento	17.e	(102.502)	(121.753)	(102.502)
Pagamento de dividendos	17.e	(34.851)	-	(34.851)
Pagamento de contribuição de capital entre acionistas		(2.772)	-	(2.772)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		(168.700)	50	(167.261)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(48.853)	(4.515)	48.514
Demais demonstrações de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		99.614	104.129	100.299
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	252
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		148.467	99.614	149.065
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(48.853)	(4.515)	48.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*). Outros itens significativos de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos por Grupo. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens de ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	2022	2021
Instalações	10 anos	10 anos
Benefitárias em imóveis de terceiros (*)	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Equipamentos de restaurante	10 anos	10 anos
Móveis	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Utilitários	2 anos	2 anos

(*) As benefitárias em imóveis de terceiros são depreciadas pela taxa de vida útil e prazo do contrato com clientes e de locação, no menor prazo entre eles. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado. **i. Ativos intangíveis e ágio:** **(i) Reconhecimento e Mensuração:** Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável. Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis, que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **(ii) Custos subsequentes:** Os custos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros custos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas do exercício corrente e comparativo são as seguintes:

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros		Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Legal	Reserva de lucros						
Saldos em 1º de janeiro de 2021		68.770	5.821	7.069	23	81.683	14	81.697	29.223
Resultado do exercício		-	-	-	-	29.229	(6)	29.223	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(571)	-	-	-	(571)
Destinações:									
Constituição de reserva legal	23.b	-	1.461	-	-	(1.461)	-	-	-
Dividendos do exercício propostos	23.d	-	-	-	-	(13.884)	-	-	(13.884)
Retenção de lucros		-	-	13.884	-	(13.884)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		68.770	7.282	20.953	(548)	96.455	8	96.463	83.483
Resultado do exercício		-	-	-	(734)	83.483	8	83.483	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(734)	-	-	(734)
Destinações:									
Redução do capital social	23.a	(20.863)	-	-	-	(20.863)	-	-	(20.863)
Aporte de capital - FoodCo	23.a	226.301	-	-	-	226.301	-	226.301	-
Distribuição da reserva de lucros como dividendos	23.b	-	-	(20.953)	-	(20.953)	-	-	(20.953)
Absorção de prejuízos	15.a	-	(7.282)	-	-	(7.282)	-	-	(7.282)
Transferência de controladas (reestruturação societária)	2.a	-	-	(21.767)	-	(21.767)	-	-	(21.767)
Contribuição de capital entre acionistas	15.a	-	-	(2.772)	-	(2.772)	-	-	(2.772)
Baixa passiva a descoberto - Cisão de Coligadas	2.b	-	-	1.328	-	1.328	-	-	1.328
Constituição de reserva legal	23.b	-	4.174	-	-	(4.174)	-	-	-
Dividendos do exercício propostos	23.d	-	-	-	-	(27.758)	-	-	(27.758)
Retenção de lucros		-	-	51.551	-	(51.551)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		274.208	4.174	18.222	(1.282)	295.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SAPORE S.A.

(Em milhares de Reais)

* continuação
de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.
(i) Classificação e mensuração subseqüente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ou VJORA - instrumento de dívida; ou VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.
E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.
E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria.
Ativos financeiros: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:
As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, o desempenho da carteira e é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:
Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.
Desreconhecimento: Ativos financeiros: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
(iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação da taxa de câmbio. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. Hedges de fluxo de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não

financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.
k. Capital social: Ações ordinárias: As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.
1. Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado; e Ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
E pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
As perdas estimadas para os títulos a receber de seus clientes são mensuradas a partir da experiência real de perda de crédito dos últimos anos. O Grupo tem como prática analisar recentemente a situação financeira e patrimonial de seus clientes, bem como acompanhar periodicamente os títulos em aberto, bem como analisar o atual cenário de inadimplência no país.
As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro e foram calculadas como segue:

Table with columns: Saldo contábil bruto, Taxa média ponderada de perda estimada, Provisão para perda estimada, Com problemas de recuperação. Rows include 'Créditos a vencer' and 'Consolidado'.

Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixa o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.
Ativo financeiro mensurado a custo amortizado: O Grupo considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
Ativos de contrato por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.
(ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não são ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera

entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O nível de combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma proporcional. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. m. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.
(i) Processos Judiciais: A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é provável que o Grupo será obrigado a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados às várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pelo Grupo, relativos às disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.
n. Arrendamentos: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.
(i) Como arrendatório: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, nos arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos inerentes incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:
Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.
Arrendamentos de ativos de baixo valor: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.
o. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 30 (a)). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura o valor com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.
p. Normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:
Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 29);
Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
CPC 50 Contratos de Seguros;
Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

DIRETORIA

Table listing board members: Diretor Presidente (Daniel Eugênio Rivas Mendez), Diretor Comercial (Rafael Coelho Ferreira), Diretora de Recursos Humanos (Teresa C. R. da Silva Caldas), etc.

CONTADORA

Eliane C. F. Mantovan - CRC 1SP259578/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O relatório de opinião dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil da Sapore S.A. foi emitido em 31 de março de 2023, sem modificações. A íntegra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida.

ENOVA HOLDING S.A.
CNPJ 37.811.808/0001-69

Financial statements for ENOVA HOLDING S.A. including: Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, Demonstrações das Mudanças do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, and Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Administrative and governance information including: Presidente (Leonardo André Paixão), Diretora Financeira (Raquel Cristina Tedesco Arakaki), Conselho de Administração, and Contador (João Carlos Barreto Pego).



O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.